

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP - BRASIL

CLASSIFICAÇÃO LIVRE

*A presença de mulheres em cargos de liderança é um termômetro da democracia e da equidade em qualquer sociedade. A exposição **Lugar de Poder: Muito mais que um rosto bonito** parte dessa premissa para construir um mosaico de imagens, documentos, relatos e obras que refletem o percurso histórico e contemporâneo das mulheres brasileiras rumo aos espaços de decisão.*

É sabido que, por muito tempo, os espaços de poder foram estruturados para serem ocupados por homens. Às mulheres, restava o papel de apoio, escuta e retaguarda. Esse modelo excludente, embora formalmente superado, ainda persiste em dinâmicas institucionais e se revela em estatísticas alarmantes. Segundo o IBGE (2023), embora representem 51,1% da população brasileira, as mulheres ocupam apenas 39,1% dos cargos gerenciais no país. A desigualdade se intensifica nos postos de liderança máxima: apenas 17% das empresas têm uma mulher na posição de CEO, conforme aponta o relatório do Instituto Ethos, em parceria com o BID e a ONU Mulheres. Essa ausência não é reflexo de falta de competência ou qualificação. Dados da PNAD Contínua do IBGE (2022) mostram que as mulheres brasileiras têm, em média, mais anos de estudo que os homens: 9,8 anos contra 9,1. Apesar disso, seguem recebendo, em média, 22% a menos que seus

colegas homens nas mesmas funções. A equação é clara: o sistema ainda impõe barreiras invisíveis – e visíveis – à ascensão feminina. Um exemplo emblemático dessa exclusão histórica é o fato de que, até 2016, o Congresso Nacional não dispunha de banheiro feminino no plenário do Senado — um sinal eloquente da ausência prolongada de mulheres nesses espaços de decisão. Ainda no campo legislativo, a precariedade institucional se mantém evidente: a licença-maternidade para parlamentares, sobretudo em níveis estaduais e municipais, continua sem previsão ou regulamentação nos regimentos internos da maioria das assembleias legislativas e câmaras municipais do país.

Lugar de poder é lugar de escuta, construção e mudança

Se esta exposição parte da pergunta “quem representa o Brasil?”, ela não oferece respostas únicas, mas propõe múltiplas escutas. Cada obra, cada dado, cada imagem aqui presente é um chamado à ação — um convite a reconhecer que a presença feminina

inclusão das mulheres no sistema eleitoral. Diante da hesitação de Vargas em assumir um compromisso direto com a pauta, Mietta lançou a indagação que ecoaria nas décadas seguintes como símbolo da exclusão estrutural enfrentada pelas mulheres brasileiras. Mietta, advogada, poeta e ativista mineira, já havia feito história ao impetrar um mandado de segurança em 1928 que lhe garantiu o direito de votar, com base na interpretação do artigo 70 da Constituição de 1891 — que falava em “cidadãos brasileiros” sem especificar o gênero. Sua vitória abriu precedentes e fortaleceu o movimento liderado por Bertha Lutz no Rio de Janeiro e por outras sufragistas em diversas regiões do país. A pressão organizada foi tamanha que, em 1932, o novo Código Eleitoral finalmente reconheceu o direito ao voto das mulheres no Brasil — ainda que, inicialmente, restrito a aquelas com renda própria ou cargos públicos. Mas a conquista do sufrágio não foi apenas legislativa — foi logística, política e social. Em um país em que as mulheres eram amplamente desencorajadas a participar da vida pública, ir às urnas exigia romper barreiras práticas e simbólicas. Para isso, as sufragistas desenvolveram uma série de estratégias. Entre elas, a criação de creches especiais no dia da eleição, para que mães pudessem votar sem se preocupar com os cuidados dos filhos. Também organizaram redes de carona e mobilização entre vizinhas e colegas, para garantir que o máximo de eleitoras comparecesse. O esforço foi tão marcante que, nas primeiras eleições com participação feminina, foi instituída uma área específica nas seções eleitorais chamada "Sessão das Marias" — um espaço simbólico, mas também segregado, que revelava tanto a conquista quanto os limites da inclusão naquele momento histórico.

A obra **A sessão das Marias**, parte da exposição Lugar de Poder: muito mais que um

memória. Na obra ***Do seu Tempo***, a artista propõe um manifesto visual contra a homenagem póstuma — essa tendência tão comum de só valorizar mulheres quando já não estão mais entre nós. A obra questiona o elogio recorrente às “mulheres à frente do seu tempo”, expressão que muitas vezes mascara a negligência com que se tratam contribuições femininas no presente. A obra é um chamado à urgência do agora. Celebra mulheres que moldam o contemporâneo com seus gestos, decisões, criações e resistências. E nos convoca a um compromisso ético: reconhecer, em vida, aquelas que movem estruturas e reconfiguram horizontes. Porque esperar pelo futuro para valorizar o que é feito hoje é uma forma de silenciamento.

Ao lado dela, a obra ***Aperto de Mão*** apresenta um símbolo direto e potente: o gesto de igualdade. Trata-se de um acordo, mas não de submissão — é o encontro de quem se vê como par. O aperto de mãos aqui é metáfora e imagem do respeito mútuo, do equilíbrio possível entre seres humanos. Em tempos de desigualdade estrutural, o gesto simples se transforma em um ato político. Juntas, as duas obras dialogam sobre tempo e relação. Uma nos diz: reconhecer mulheres não pode ser um ato retroativo. A outra insiste: a equidade só se realiza quando deixamos de medir forças e passamos a construir em conjunto. Ambas falam de presente — e é nele que o poder das mulheres deve ser legitimado. *Não depois. Não em memória. Mas agora.*

Das mãos à Constituição: a carta que mudou o Brasil

Mulheres de todas as regiões do país uniram suas vozes e conquistas na histórica Carta das Mulheres, que garantiu direitos fundamentais na Constituição de 1988. Nos anos que antecederam a Constituição de 1988, mulheres organizadas no CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), conhecidas como o "Lobby do Batom", reuniram cartas enviadas por mulheres de todas as regiões do Brasil. Essas cartas foram escritas por mãos que trabalham na terra, na fábrica, na escola, no lar. Vieram de zonas rurais e urbanas, com reivindicações por direitos básicos, igualdade e justiça.

A obra ***As cartas delas vêm de todo o Brasil*** conta a história de centenas de mulheres que participaram desse movimento fundamental de participação civil. A carta foi apresentada à Assembleia Constituinte com a emblemática assinatura feito por Ana, Maria, Joana, Amparo... “Nós, mulheres brasileiras.” Foi o movimento coletivo feminino mais bem-sucedido da história política do país. 85% das propostas indicadas na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes foram incorporadas na Constituição de 1988. O momento da conquista foi registrado em uma fotografia histórica no plenário do Senado: mulheres de diversas origens celebrando com os braços erguidos, flores nas mãos e cartazes nas galerias. Era a vitória do Lobby do Batom.

A obra ***Lobby do Batom***, inspirada diretamente nessa imagem, transforma o registro fotográfico em símbolo de conquista coletiva. Ao destacar os gestos de celebração e a presença das mulheres naquele espaço de poder, a obra reafirma o lugar político daquelas que ajudaram a escrever a Constituição com suas próprias mãos.

Olhares escondidos, poder revelado

Em 2011, a presidenta Dilma Rousseff sancionou duas leis fundamentais para a transparência e a preservação da memória histórica do Brasil. A primeira criou a Comissão Nacional da Verdade, responsável por investigar as graves violações aos direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988, período que inclui a ditadura militar (1964-1985). A segunda foi a Lei de Acesso

LUGAR

por RENATA FREITAS

MUITO MAIS QUE UM ROSTO BONITO

nos espaços de decisão é uma questão de justiça, de democracia e de humanidade.

O lugar de poder não pode continuar sendo privilégio de poucos. É território a ser disputado, reimaginado, ocupado — não apenas com rostos bonitos, mas com vozes, corpos e ideias que historicamente foram silenciados. Como aponta a filósofa e pesquisadora Djamila Ribeiro em suas obras, não se trata apenas de incluir mulheres em espaços de poder, mas de transformar as estruturas que historicamente as excluíram.

Em 2024, Erika Hilton, a primeira deputada federal negra e trans eleita no Brasil, foi agredida verbalmente por um colega a quem respondeu com o icônico discurso. ***Não tolerarei*** homenageia a resistência e resiliência da mulher através do discurso de Erika: “Não tolerarei, ser desrespeitada, interrompida ou colocada em comparações de baixo calão e de baixo nível. E aqueles que o fugir desta diplomacia terão que responder criminalmente por qualquer tentativa estereotipada e criminoso da minha identidade.” A exclusão feminina se repete em diferentes esferas do poder. A obra ***Cadeiras da Imortalidade*** destaca a história da Academia Brasileira de Letras, criada em 1897. Somente em 1977, Rachel de Queiroz foi aceita como a primeira mulher imortal. De lá até hoje, das 293 pessoas que já ocuparam as 40 cadeiras da ABL, apenas 11 são mulheres. Nenhuma delas negra, indígena ou trans.

Somos ou não somos cidadãs brasileiras? A pergunta, feita por Mietta Santiago a Getúlio Vargas em 1931, ressoou como um grito de urgência na residência do então chefe do governo provisório, em Belo Horizonte. A cena marcou um dos momentos mais emblemáticos da luta pelo sufrágio feminino no Brasil, quando lideranças da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) pressionaram Vargas para garantir a

rostro bonito, mergulha nesse episódio pouco conhecido da história política nacional. Por meio de documentos, registros visuais e reinterpretações artísticas, a instalação reconstrói o ambiente dessas primeiras urnas femininas, questionando: por que foi necessário separar as eleitoras? O que esse gesto revela sobre a forma como a presença feminina foi tolerada, e não plenamente aceita, nos espaços de decisão?

Já a obra ***Somos ou não somos cidadãs brasileiras?*** reencena o momento do confronto verbal entre Mietta Santiago e Getúlio Vargas como um marco de insurgência política. A pergunta, ressignificada no espaço expositivo, se transforma em provocação permanente: até que ponto a cidadania plena das mulheres foi — e continua sendo — condicionada, limitada e adiada? Ao reunir essas obras em diálogo, a exposição resgata episódios fundamentais da luta pelo direito ao voto feminino e convida o público a refletir sobre os desafios que persistem. Porque democracia não se faz apenas com o direito ao voto — ela exige voz, presença e poder real de decisão.

Não se trata de celebrar ícones isolados, mas denunciar estruturas, apresentar dados, valorizar memórias e provocar pensamento. Em tempos de retrocessos e resistências, fazer essa escuta é, também, uma forma de governar o futuro.

Reconhecer agora: o tempo e o gesto como atos políticos

Duas obras da exposição Lugar de Poder: muito mais que um rosto bonito nos lembram que o reconhecimento feminino não deve ser postergado ao futuro, nem relegado à

DE PODER

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP - BRASIL

CLASSIFICAÇÃO LIVRE

à Informação Pública, que pôs fim ao sigilo eterno de documentos oficiais, permitindo o acesso a arquivos antes inacessíveis. Entre os documentos e imagens liberados, destaca-se uma fotografia do julgamento da própria Dilma. Na imagem, ela aparece sentada, com olhar firme e distante, enquanto os homens ao seu redor, seus torturadores, escondem seus rostos — um gesto de covardia e vergonha diante da presença da câmera, como se quisessem apagar o próprio crime. Essa foto inspirou a obra *Meu poder eu guardo comigo*, que resgata a frase da presidenta durante seu tempo de prisão: “Eles querem que você perca a dignidade”, evoca a força interior e a resistência que sustentaram Dilma e tantas outras mulheres durante os anos sombrios da ditadura, reforçando a importância da memória e da luta pelos direitos humanos.

Não era flor, uma dama ou um bibêlo. Era deputada. Era prefeita. Era ministra. Era poeta. Era cientista.

Em um país onde as mulheres são maioria da população, mas minoria nos espaços de decisão, a imagem ainda é um campo de disputa política. Fotografias de ontem e de hoje ajudam a narrar uma história marcada por conquistas lentas, invisibilizações e resistências persistentes. No dia 24 de fevereiro de 1932, o Brasil dava um passo decisivo em direção à democracia ao reconhecer oficialmente o direito ao voto feminino. O avanço, embora tardio e limitado — já que só beneficiava mulheres alfabetizadas —, representou uma ruptura com séculos de exclusão e o prenúncio de uma luta que está longe de terminar. Entre os marcos simbólicos dessa trajetória, destaca-se a imagem de Carlota Pereira de Queirós, médica e educadora, assinando a Constituição de 1934. Primeira deputada federal do Brasil, Carlota foi também a única mulher presente na Assembleia Constituinte daquele ano. A fotografia registra o momento solene em que, de pé, firme, com a caneta em punho, ela inscreve o nome das mulheres brasileiras na história política do país.

Quarenta e cinco anos depois, Eunice Michiles — a primeira mulher a ocupar uma cadeira no Senado Federal após a redemocratização — é retratada sentada à mesa, com um buquê de flores cuidadosamente disposto à sua frente. O gesto, embora à primeira vista pareça cortês, carrega camadas de simbolismo e ambiguidade. Em entrevista, a própria Eunice relembra sua posse em 1979: “Fui recebida com flores e poesia – o que não deixou de ser uma discriminação. Eu percebi logo que foi uma recepção à Senhora, à dama, e não à colega.” A imagem cristaliza o contraste entre a celebração da presença feminina e a dificuldade em reconhecê-la como equivalente política. As flores, que poderiam simbolizar boas-vindas, tornam-se, sob uma leitura crítica, emblema da resistência sutil diante de uma mulher que ousava ocupar um espaço historicamente reservado aos homens. Antes dela, apenas a Princesa Isabel havia ocupado uma cadeira no Senado, por direito dinástico. Ao contrário da figura monárquica, Eunice enfrentou resistências tanto veladas quanto explícitas. Apesar de sua competência e capacidade de articulação, nenhum de seus projetos de lei foi aprovado durante seu primeiro mandato. Somente em 1986, já como deputada federal, ela conseguiu avançar, apoiada pela força emergente da bancada feminina. Também vemos mulheres no Rio de Janeiro em 1933, votando pela primeira vez. A fotografia mostra senhoras de chapéu e vestido nas seções eleitorais — cenas que hoje podem parecer corriqueiras, mas que à época eram uma revolução em movimento.

Décadas antes, em 1929, a potiguar Alzira Soriano já havia feito história ao se tornar a primeira mulher a ocupar o cargo de prefeita no Brasil e na América Latina, em Lajes (RN). Em uma das imagens mais conhecidas de sua posse, ela aparece cercada por homens engravatados, destacando-se com seu chapéu e porte altivo, em uma solenidade que parecia lhe negar, ao mesmo tempo que reconhecia, seu espaço de poder.

Outra fotografia histórica revela Laélia de Alcântara, professora e líder comunitária, ao lado do então presidente do Senado, Jarbas Passarinho. Foi a primeira mulher negra a discursar no plenário do Senado Federal, em um momento que rompeu camadas de invisibilidade e racismo institucional.

A médica Nise da Silveira, retratada em fotografia já idosa mas sempre ativa, representa outro tipo de liderança. Psiquiatra humanista, revolucionou os tratamentos no Brasil ao recusar práticas agressivas como o eletrochoque e investir na arte e no afeto como forma de cuidado. Sua imagem, muitas vezes ao lado de pacientes ou obras criadas nos ateliês do hospital, ecoa uma forma de poder baseada na escuta.

Essa imagem expressa com clareza a lógica da presença em exceção. Rosa Weber tornou-se apenas a terceira mulher a presidir o Supremo Tribunal Federal desde sua fundação, sucedendo Ellen Gracie e Carmem Lúcia. Em um tribunal centenário, com composição historicamente masculina, sua ascensão representa um marco — mas também evidencia o ritmo lento das mudanças estruturais. Durante seu mandato, Weber foi reconhecida pela postura firme em temas de direitos fundamentais e pela condução institucional pautada pela sobriedade. Na fotografia, ela aparece no centro da cena, rodeada por colegas homens, todos de toga — um retrato silencioso do desequilíbrio persistente nas esferas de poder. O contraste visual não deixa dúvidas: a conquista individual de Rosa Weber não esconde o fato de que a paridade de gênero ainda é uma promessa por cumprir no Judiciário brasileiro.

Essas imagens, capturadas ao longo dois séculos, têm em comum algo que vai muito além da estética: são documentos de presença, afirmação e resistência. Cada uma delas rompe uma camada de silêncio, afirmando que a história não foi feita apenas por homens — e que a presença feminina é parte essencial da construção do país.

É SOBRE VOCÊ

Elas mostram que representatividade não se resume a ocupar um cargo. Representar é ser reconhecida, é ter legitimidade, é construir referências para que outras mulheres possam se enxergar como líderes, cientistas, artistas, tomadoras de decisão.

Ainda assim, a presença da mulher nos espaços de poder segue marcada pela lógica da exceção. A mulher que lidera, muitas vezes, é tratada como anomalia — uma visita temporária a um espaço que ainda se presume masculino. Os rostos mudam, os nomes se renovam, mas a cena permanece: uma mulher cercada por dezenas de homens. A obra *Muito mais que um rosto bonito* é, portanto, uma provocação. Uma recusa à superficialidade com que frequentemente se olha para o poder feminino. Porque representar não é apenas estar. É influenciar decisões, escrever leis, criar

A PAUTA FEMININA E FEMINISTA

políticas públicas, redesenhar futuros. E, para isso, é preciso mais que aparência: é preciso espaço, escuta e poder real de ação.

A palavra mulher

Bertha Lutz, cientista, sufragista e diplomata brasileira, foi uma das quatro mulheres que assinaram a Carta das Nações Unidas, firmada em São Francisco em 26 de junho de 1945, ao fim da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional. Bertha desempenhou um papel decisivo ao garantir a inclusão de referências explícitas ao princípio da igualdade de gênero nos artigos 1 e 8 da Carta. A principal disputa na ocasião dizia respeito à menção direta à palavra "mulher". A obra *A palavra mulher* parte da luta de Bertha Lutz para destacar a importância de nomear o que historicamente foi omitido. Ao insistir na inclusão da palavra “mulher” na Carta da ONU, Bertha denunciava que a ausência de nomeação também é uma forma de exclusão — e que dizer “mulher” é um ato político de reconhecimento e existência. Entre os 160 delegados de 50 países que permaneceram até o final das negociações e contribuíram para a redação definitiva do tratado, apenas quatro eram mulheres: além de Bertha Lutz, participaram Virginia Gildersleeve (Estados Unidos), Minerva Bernardino (República Dominicana) e Wu Yi-fang (China). No entanto, somente Minerva Bernardino apoiou ativamente a iniciativa de Lutz — formando com ela uma dupla latino-americana que teve um papel histórico na defesa dos direitos das mulheres na fundação da ONU.

Artigo 1- 3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário; promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.
Artigo 8- As Nações Unidas não farão restrições quanto à elegibilidade de homens e **mulheres** destinados a participar, em qualquer caráter e em condições de igualdade, em seus órgãos principais e subsidiários.

Dos dados e fatos.
O abismo entre mérito e oportunidade: Representatividade feminina

Em um país onde apenas 16,9% das presidências de grandes empresas são ocupadas por mulheres (Panorama Mulher 2024), o livro-objeto *Representatividade feminina* traz um olhar crítico sobre os bastidores do poder corporativo. A obra reúne registros semanais de promoções a cargos de alto escalão divulgadas pela imprensa brasileira ao longo de 2024, cruzando esses anúncios com dados estatísticos de gênero. Ao transformar números frios em narrativa sensível, o livro expõe o abismo entre mérito e oportunidade e desafia a naturalização da desigualdade nas estruturas de liderança.

A experimentação da liberdade

Colorida, tátil e enigmática, a instalação *Vem sem manual* convida o público à experimentação e à reflexão. Composta por 18 blocos têxteis de diversos tamanhos, cores e texturas, todos com tiras de velcro que permitem múltiplas formas de encaixe, a obra não possui regras nem instruções.

O visitante é instigado a criar livremente, tornando-se autor da própria montagem. Essa ausência de manual simboliza a desconstrução dos moldes fixos que sustentam normas sociais e de gênero. Ao desmontar estruturas simbólicas, Vem sem manual propõe a liberdade como princípio de reinvenção e questiona a rigidez das identidades impostas.

Quem é você?: autorrepresentação e resistência

No centro da instalação, a pergunta “Quem é você para além das etiquetas sociais?” ressoa como convite ao exercício da autorrepresentação. O gesto é simples — escrever, desenhar, responder —, mas gera um mosaico vivo de identidades diversas, complexas e muitas vezes contraditórias. A obra interativa *Quem é você?* funciona como espaço de escuta e expressão, desafiando rótulos e abrindo brechas para a pluralidade. Em um contexto marcado por normatizações e silenciamentos, a proposta surge como um ato radical de resistência e afirmação.

Quantas somos?

Nas ruas, nas redes e nas urnas, a provocação permanece: quantas mulheres ocupam de fato os espaços de decisão no Brasil? A série de lambes *Democracia em processo* leva essa reflexão aos muros da cidade. Com 17 lambe-lambes que combinam frases curtas, dados estatísticos e trechos de discursos históricos, a obra transforma o cartaz de rua em plataforma crítica. Sua linguagem direta amplia o alcance da mensagem, convocando, interpela e mobiliza o público. Em meio a retrocessos e disputas narrativas, Democracia em processo reafirma uma verdade essencial: não há democracia plena sem equidade de gênero.

Os dados mais recentes do IBGE reforçam o abismo:

- O Brasil tem 104,5 milhões de mulheres, o que representa 51,5% da população (Censo 2022). A maioria se identifica como negra.
- Em 2023, 40,2 milhões de lares tinham uma mulher como responsável – 56,4% delas pretas ou pardas.
- Mulheres ganham, em média, 19,4% a menos que os homens (Pnad Contínua, 2022).
- Mulheres negras ganham 50% do rendimento de um homem branco.
- Apenas 6% das maiores empresas brasileiras têm mulheres em seus cargos de liderança.
- Em empresas de médio porte, mulheres ocupam 37% dos cargos de liderança – número que caiu 2% em relação ao ano anterior (Instituto Ipsos, 2023).
- No setor público federal, 42,4% dos cargos de alta liderança são ocupados por mulheres, sendo apenas 15% delas pretas ou pardas (RAI/CGU, 2023).

A exposição Lugar de Poder: Muito mais que um rosto bonito desafia a visão superficial do poder feminino. Aqui, o rosto bonito não é enfeite: é símbolo, é presença, é história. Apresenta retratos, vídeos e documentos que revelam as múltiplas camadas de luta, exclusão, resistência e reexistência das mulheres em espaços de decisão. Mais que um registro, é um exercício coletivo de memória e projeção, que devolve às mulheres o direito de ocupar, transformar e reescrever o poder — entendido não apenas como cargo, mas como território construído com afeto, criatividade e justiça.

Fontes do texto no site www.renatafreitas.com



Financiamento

